

Diniz: crescer mais e pagar menos

por Maria Helena Tachinardi
de São Paulo

O que é preciso renegociar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os credores externos para crescer 7% no próximo ano? "Em primeiro lugar, é preciso que eles concordem com esta taxa de crescimento. Se isto ocorrer, iremos propor que durante cinco anos não se pague nada do principal da dívida e apenas 60% dos juros. Quanto aos 40% restantes dos juros a ser pagos, ou os pagaremos com dinheiro novo ou eles (FMI e credores) os capitalizam. Mas isso é um problema deles e a escolha deve partir também deles. Feito isso, estão acertadas as bases da renegociação. E eu não vejo nenhum problema em se negociar isto com o FMI."

Estas considerações foram feitas ontem, após almoço da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, pelo diretor-superintendente do grupo Pão de Açúcar, Abílio dos Santos Diniz. Ele falou aos membros da Câmara, como convidado especial, sobre o momento econômico e político brasileiro. Para Diniz, a renegociação da dívida, no próximo governo, deverá ser feita pelos ministros da área econômica assessorados pelo Itamaraty. O atual governo, a seu ver, tem apenas uma coisa a fazer até o final de sua gestão: negociar o me-

lhor possível a fase três, isto é, a quantidade de dinheiro novo para o próximo ano.

Diniz explicou que o crescimento da economia a uma taxa de 7% que ele vem apregoando nos últimos meses permitirá zerar o déficit em transações correntes em 1989. "O FMI e os credores, no entanto, querem que o zeremos em 1986, no máximo em 1987. E zerar as transações correntes significa não ter necessidade de nenhum dinheiro novo", assinala Diniz.

INFLAÇÃO

Quanto ao combate à inflação, começará pela credibilidade do governo nos condutores da política econômica e pela necessidade de se ter uma boa safra agrícola que permita ter alimentos básicos em abundância e a preços baixos, observa Diniz. Ainda segundo ele, é necessário rever o sistema de preços administrados, espaçando-os e colocando-os abaixo da inflação para que não se-

jam os seus realimentadores.

Além disso, diminuir a propagação dos choques de preços pela economia como um todo. Isso se faz com uma diminuição da indexação excessiva na economia. A correção monetária deverá refletir uma parte da inflação passada e uma parte da futura, procurando evitar realimentar a própria inflação.

Na opinião do empresário, é importante que na desindexação haja um redutor único para salários, rendas, ativos reais e ativos financeiros.

Diniz, que desde o início do ano vem realizando, juntamente com economistas, uma série de estudos sobre a política econômica brasileira como subsídio ao próximo governo, considera que uma certa reativação implica uma expansão monetária menos rígida, com crédito facilitado que deverá causar uma baixa nas taxas de juros.

LIVRE INICIATIVA

Durante o almoço o

diretor-superintendente do Pão de Açúcar foi veemente em sua defesa do papel da iniciativa privada na economia brasileira e disse que o papel do estado tem de ser revisto. Hoje, segundo ele, 50% dos investimentos realizados no País pertencem ao Estado. "Não dá para pensar num processo de desestatização através da transferência destes ativos para o setor privado por não existir poupança significativa." Para Diniz, as estatais produtivas têm de ser capitalizadas, saneadas e colocadas debaixo do controle da sociedade e as improdutivas têm de ser fechadas. "A estatização diminuirá diante da retomada do setor privado e dos investimentos produtivos. O setor público tem de direcionar seus investimentos para duas áreas básicas: complementar o setor privado e aperfeiçoar o equipamento social, como transporte, educação, saúde e saneamento básico", afirma o empresário.